

A POLÍTICA CAMBIAL E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA NO BRASIL

G. Edward Schuh (¹)

1 - INTRODUÇÃO

Política comercial é o tópico do dia no Brasil. "Deficits" no balanço de pagamentos têm causado restrições na política comercial e na política de desenvolvimento. Uma rápida inflação doméstica faz com que as exportações brasileiras se tornem menos e menos competitivas na presença de uma taxa de câmbio que não muda com flexibilidade suficiente (²). E agora, uma taxa sobre o turismo e outras restrições às importações não somente causam irritação para os cidadãos brasileiros, mas impõem altos custos sobre a indústria brasileira, servindo de fato como um freio ao processo de desenvolvimento e causando uma diminuição da taxa formidável de crescimento que o Brasil obteve no período 1967-74.

Eu sou muito agradecido pela oportunidade de poder me dirigir a vocês hoje. Já se passaram quatro anos desde que participei do seu programa e naquela última ocasião vocês me honraram com a sua homenagem. Muitas coisas aconteceram no Brasil desde aquela data, e também no cenário internacional.

Nos meus comentários de hoje eu quero colocar a maior parte de minha ênfase na taxa de câmbio, embora outros aspectos do comércio também devam ser considerados. Meu trabalho está dividido em três partes. A primeira é um breve "background" ou quadro de referência de nossa situação atual. Inclui-se nesta parte uma discussão das razões ou bases da política comercial

(¹) Professor de Economia Rural, Universidade de Purdue, Lafayette, Indiana, EE.UU.

(²) Os problemas do balanço de pagamentos do Brasil são causados em grande parte pelo aumento dos preços de petróleo, em mais de quatro vezes o preço antigo, o qual foi imposto pelos países da OPEC no final de 1973. As exportações cresceram de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 8,0 bilhões em 1974, mas as importações aumentaram ao mesmo tempo de US\$ 7,0 bilhões para US\$ 12,5 bilhões. Conseqüentemente, o "deficit" na conta comercial aumentou de US\$ 0,8 bilhão em 1973 para US\$ 4,6 bilhões em 1974, e o balanço de pagamentos como um todo, passou de uma situação de excedente de US\$ 2,2 bilhões em 1973 para um "deficit" de US\$ 1,2 bilhão em 1974 (Veja Conjuntura Econômica, 1975). Como será mostrado mais tarde, uma grande desvalorização teria sido necessária para compensar esta mudança nos termos de comércio, imposta por países estrangeiros.

e como elas têm mudado com o correr do tempo, uma breve revisão da política comercial no Brasil vis-a-vis a agricultura, e alguns dados a respeito da taxa real de câmbio e os termos de comércio do Brasil. A segunda parte é uma análise do impacto da política comercial sobre o setor agrícola. E a terceira é uma discussão das alternativas de política que o Brasil agora enfrenta. O trabalho termina com alguns comentários finais.

"Background" ou Quadro de Referência

Durante o período a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil tem tido um conjunto de políticas comerciais tão complexo e variado quanto qualquer outro país que eu conheço ⁽³⁾. Praticamente, todas as armas do arsenal das intervenções comerciais foram usadas em uma época ou outra. As distorções do comércio têm sido às vezes enormes, mas em outras épocas a economia tem sido quase aberta ao fluxo livre das forças do mercado internacional. Em geral, a política comercial tem sido conduzida na maioria das vezes com um alto grau de pragmatismo e flexibilidade. De fato, isto pode ter sido um dos seus principais defeitos, pois a tendência tem sido responder aos imperativos de curto prazo sem tomar uma posição fundamentada numa perspectiva de longo prazo, que poderia ter fortalecido a posição comercial do Brasil na economia mundial.

As Razões de Ser ou as Bases da Política Comercial do Brasil

As razões econômicas ou as bases para a política comercial do Brasil têm variado ao longo do tempo. Em determinada época, houve um desejo explícito de se usar a política cambial como uma base para explorar a demanda inelástica do café, o principal produto de exportação do País. O desejo era modificar os termos de comércio com o exterior, em favor do Brasil, e enquanto a demanda estrangeira por café fosse inelástica esta era uma política racional. De fato, enfrentar uma demanda estrangeira inelástica para o produto de exportação é uma das poucas circunstâncias sob as quais é economicamente racional supervalorizar a moeda.

Durante a maior parte da década dos 50 e a primeira metade dos anos 60, o Brasil conduziu políticas de desenvolvimento explicitamente autárquicas ⁽⁴⁾. Similarmente ao que acontecia em outros países em desenvolvimento, presumiu-se que havia pouco a se ganhar do comércio externo. Conseqüente

⁽³⁾ Para detalhes desta política, com referências especiais à agricultura, veja Veiga.

⁽⁴⁾ Baer e Bergsman apresentam descrição e análise excelentes dessas políticas.

mente, as substituições de importações tornaram-se a base da política de desenvolvimento, e esta tornou-se uma política voltada para dentro. Associadas a este fato estavam as altas tarifas protecionistas, o cruzeiro muito supervalorizado, e as cotas das exportações.

Naturalmente, a base para a decisão de se seguir este caminho foi a visão pessimista sobre a capacidade do Brasil para competir nos mercados internacionais. As políticas de "beggar-thy-neighbor" amplamente utilizadas por muitos países durante a década dos 30 foram tais que criaram para a maioria dos observadores uma visão pessimista quanto às possibilidades comerciais de pois da segunda guerra mundial. E os países em desenvolvimento em geral eram pessimistas quanto às suas possibilidades de competirem nos mercados mundiais.

Outro ponto, que é frequentemente esquecido nos países desenvolvidos, é que os países de baixa renda estavam sujeitos a enormes choques causados pela Primeira Guerra Mundial e pelo "boom" que se seguiu, a Grande Depressão, e a Segunda Guerra Mundial (5). Para aqueles países que dependiam do seu setor externo, os choques impostos por estes enormes ciclos foram, de fato, devastadores. Não é surpresa, então, que a maioria dos países em desenvolvimento quisessem desligar-se do sistema capitalista internacional.

Finalmente, muitas restrições comerciais sobre os produtos agrícolas foram impostas no Brasil como um meio de controlar o custo de vida (6). O modelo "vent for surplus", ou exportar somente o "excedente", serviu de guia para a política de exportação durante a maior parte do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (7), com a sua clara recomendação de que os produtos são deveriam ser exportados, depois que o mercado interno estivesse abastecido. Além disso, sempre que os preços internos mostravam rápidos aumentos ou quando havia escassez de produtos, cotas ou impostos explícitos sobre a exportação eram criados para a agricultura. Está claro que, sempre que havia uma escolha, a economia doméstica e o consumidor urbano eram favorecidos e o setor de exportação e a agricultura em particular sofriam uma discriminação.

Um ponto que eu gostaria de salientar nesta breve recapitulação das razões fundamentais da política comercial brasileira, é que muitas das restrições ao comércio foram auto-impostas. Está claro que os mercados internacionais não têm sido completamente livres e abertos. Mas, da mesma forma, foi o Brasil quem decidiu se tornar autárquico em sua política de desenvolvi

(5) Grunwald e Musgrove realçam este ponto e oferecem dados sobre a magnitude das mudanças nos ganhos cambiais.

(6) Bergsman argumentou que, até mesmo a contínua supervalorização do cruzeiro foi devida em grande parte à preocupação com o custo de vida.

(7) Para uma descrição e análise desta política veja Leff, 1968 e 1969.

mento, de supervalorizar sua moeda, de impor altas tarifas, e de estabelecer cotas de exportações para manter os produtos agrícolas disponíveis para os seus consumidores domésticos, ao invés de mandá-los para o mercado externo para ganhar divisas.

Alteração na Composição das Políticas Comerciais ⁽⁸⁾

A balança comercial do Brasil foi bastante favorável durante a Segunda Guerra Mundial, o que resultou no crescimento de suas reservas cambiais que eram de US\$ 11 milhões em 1940, para US\$ 708 milhões em 1945. Em 1946, o Brasil suspendeu quase todas as restrições comerciais, e fixou o que foi chamado de uma taxa de câmbio "livre", de Cr\$ 18,50/US\$ 1 (cruzeiros velhos). Esta taxa de câmbio obviamente supervalorizou o cruzeiro, dadas as condições internacionais daquela época, pois de 1946 a 1947 o "quantum" de importação cresceu 40 por cento, enquanto o "quantum" de exportação declinou 5 por cento. Em termos de valor do dólar, as importações cresceram 80 por cento, enquanto as exportações declinaram 17 por cento. Além disso, a taxa de câmbio foi estabelecida aproximadamente ao mesmo nível em que ela estava em 1936, ao passo que nesse período de nove anos os preços no Brasil haviam aumentado cerca de 80 por cento mais do que os preços nos Estados Unidos.

Em junho de 1947 foram novamente introduzidos os controles de câmbio, com o conjunto de políticas de controle mantendo-se em efeito até janeiro de 1953. Inicialmente, 30 por cento do câmbio externo comprado por todos os bancos comerciais devia ser transferido para o Banco do Brasil; no entanto, em 1948 esta percentagem foi aumentada para 75 por cento. Isto permitiu que a CEXIM do Banco do Brasil exercesse um controle substancial sobre as operações de exportação.

As divisas eram alocadas pela CEXIM entre 5 categorias de importação que foram especificadas detalhadamente. Embora este sistema de licenças fosse, inicialmente, uma resposta à escassez de divisas, mais tarde ele transformou-se em instrumento de política para incentivar a substituição de importações. As exportações já vinham sofrendo discriminação devido à taxa de câmbio supervalorizada. Além disto, um modelo de "excedente de exportações" foi utilizado como base de política, e as exportações foram limitadas.

Durante este período, os exportadores podiam vender suas divisas diretamente aos importadores por um preço melhor do que o oficial. Essas operações vinculadas, na realidade corresponderam a uma desvalorização "ad hoc". Ao final deste período essas operações representavam uma grande proporção das

⁽⁸⁾ Esta seção é baseada em trabalho de Martin, páginas 243-258. O levantamento feito por Martin, por sua vez, foi baseado em trabalhos de Simonson, von Doellinger, Leff (1968), Bergsman, Baer e especialmente Veiga.

transações ligadas ao comércio externo.

Em 1953 foram feitas mudanças na política de comércio. Em primeiro lugar, um mercado "livre" de câmbio foi criado, apesar de ser bem limitado. As exportações foram divididas em 3 categorias, e diferentes proporções das receitas de cada uma dessas categorias podiam ser vendidas à taxa de câmbio "livre". Além disto, se pagavam bônus às exportações. Ambas políticas deram algum estímulo às exportações. E, nessa época, a política de taxas múltiplas de câmbio já estava em pleno uso ⁽⁹⁾.

No que tange as importações, um sistema de leilão foi introduzido no lugar das restrições quantitativas na compra de moeda estrangeira. As importações ainda eram classificadas de acordo com seu grau de essencialidade, e diferentes taxas de câmbio eram usadas para cada categoria. No período que durou até 1957, o sistema de taxa múltipla de câmbio tornou-se extremamente complexo.

A mudança básica na política que ocorreu a seguir, teve lugar em 1957, quando um sistema de tarifas "ad valorem" foi adotado. Este sistema aumentou a proteção ao crescente setor industrial do Brasil. As tarifas para a categoria "geral" atingiam até 80 por cento do valor do bem importado, ao passo que no caso das categorias chamadas "especiais" dever-se-ia pagar um prêmio (referente à taxa de câmbio) de 100 a 200 por cento, mais uma tarifa de até 150 por cento. As taxas múltiplas de câmbio continuaram, mas o número de categorias de importação foi reduzido de cinco para dois. Além disto, foram utilizados sobretaxas e depósitos antecipados para levantar a receita tarifária e para mudar a taxa de câmbio real das importações.

Por outro lado, as exportações continuavam com um sistema de licenças baseado no modelo de "excedente exportável". Durante 1958 e 1959 foram utilizadas diferentes categorias de exportação, para proporcionar taxas de câmbio mais elevadas e bônus para a maioria das exportações, exceto café, cacau e seus derivados. A consolidação das categorias de exportação permitiu que maior número de bens fosse comercializado às taxas de câmbio "livres". Desta forma, à exceção do café e cacau, as exportações foram gradualmente liberalizadas e o grau de discriminação contra as exportações foi reduzido.

O sistema cambial foi novamente modificado em 1961. As importações na categoria "especial" ainda estavam sujeitas a licenciamento, e os leilões continuavam em vigor para esta categoria. A taxa de câmbio para os bens preferenciais (trigo, papel de imprensa, petróleo) foi mais do que dobrada em 1961. Na verdade, a taxa de câmbio para importação foi elevada nesta época. (A taxa de câmbio para as exportações já aumentara no período anterior).

Com pequenas modificações, este novo sistema de importações fun-

⁽⁹⁾ Para uma análise do sistema de taxas de câmbio múltiplas, veja Kafka.

cionou até março de 1967. Aí o sistema de tarifas sofreu uma diminuição substancial, e as taxas de câmbio múltiplas foram abolidas. No período 1961-64, a política cambial foi bastante instável devido à aceleração da inflação e à de geração da situação política do País.

Quando os militares entraram no poder em 1964, o novo governo tentou simplificar e dar maior flexibilidade ao sistema cambial brasileiro. Com a nova política as importações preferenciais como o trigo, o papel de imprensa e o petróleo eram negociados à taxa de câmbio do "mercado". Isto, sem dúvida, elevou a taxa de câmbio para tais produtos. As exportações de café também podiam ser livremente negociadas, porém uma cota "fixa" de retenção era cobrada, por saca, pelo governo.

Na verdade, o governo tentou manter as importações em um mínimo e começou a incentivar as exportações. As exportações foram incentivadas através de desvalorizações mais frequentes do cruzeiro, e também pela redução das "cotas de contribuição" feitas pelos exportadores de café e cacau. As tarifas "ad valorem" foram reduzidas para alguns artigos de exportação, porém em janeiro de 1965 uma "cota de contribuição" de 30 por cento foi introduzida nas exportações de carne de vaca.

No período de 1967-73 foram feitos esforços contínuos para reduzir as distorções no comércio. Reduziu-se tarifas, unificou-se taxas de câmbio, e o sistema de taxas múltiplas de câmbio já havia sido eliminado há muito tempo. Uma inovação das mais importantes, foi a adoção do sistema de "minidesvalorizações", com o objetivo de desvalorizar o cruzeiro a uma taxa aproximadamente igual à diferença entre as taxas de inflação do Brasil e dos principais países com os quais o Brasil comercia.

A maioria dos controles de exportação foram eliminados, e várias medidas fiscais, creditícias e cambiais foram utilizadas para fornecer incentivos à exportação. Estes incentivos especiais foram dirigidos, principalmente, ao setor industrial, ao invés do setor agrícola. A taxa de câmbio aproximou-se dos níveis de equilíbrio e, conseqüentemente, o Brasil tornou-se bastante competitivo nos mercados internacionais. Depois de terem permanecido virtualmente estagnadas desde 1950-51 até 1967, as exportações mais do que dobraram no período de 1968 a 1972; e dobraram novamente em 1974, em termos de dólares. No entanto, manteve-se ainda neste período alguma discriminação contra os produtos agrícolas através de controles periódicos impostos pelo governo, quando as autoridades achavam que os preços dos produtos agrícolas estavam subindo muito rapidamente.

Desde 1970 um certo número de eventos episódicos nas relações de comércio internacional tem acontecido. Os Estados Unidos desvalorizaram o dólar em 1971 e 1973. Na realidade, as regras que governavam o comércio entre países e que haviam sido estabelecidas na Convenção de Bretton Wood em 1944, já não eram válidas. Em março de 1973, depois de um longo período de taxa

de câmbio fixas, os países industrializados deixaram, de um modo geral, livres as taxas de câmbio.

O Brasil manteve sua moeda ao par com o dólar por ocasião da primeira desvalorização, embora as minidesvalorizações periódicas tivessem continuado. De fato, o Brasil beneficiou-se da desvalorização do dólar no seu comércio com outros países que não os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, impedia que os Estados Unidos ganhassem uma vantagem comparativa direta em relação ao Brasil. Por ocasião da segunda desvalorização do dólar, o Brasil revalorizou sua moeda em relação ao dólar, embora não pelo mesmo montante que os Estados Unidos haviam desvalorizado. Desta forma, o Brasil obteve uma vantagem competitiva em países que não os Estados Unidos, mas perdeu um pouco em relação aos Estados Unidos.

Desafortunadamente para o Brasil e para outros países de baixa renda, que dependem muito das importações de petróleo, os países da OPEP mais que quadruplicaram o preço em dólar do petróleo, em outubro de 1973. A verdade é que o Brasil tinha uma única opção naquela época: desvalorizar o cruzeiro por quantia substancial ou deixar a taxa de câmbio livre. Não havia nenhuma outra forma do País aumentar as suas receitas de exportação a uma taxa suficiente para pagar o aumento gigante nos gastos com importações, devido ao aumento no preço do petróleo.

Contudo, o Brasil não seguiu nenhuma das opções citadas. Apesar do aumento de 28 por cento nas exportações em 1974, o "deficit" em conta corrente aumentou de US\$ 800 milhões em 1973 para US\$ 4,5 bilhões em 1974 ⁽¹⁰⁾. O problema foi devido ao fato de que os gastos com importações mais que dobraram de 1973 a 1974. Em consequência, depois de obter um crescente "superavit" durante seis anos consecutivos, o balanço passou de um "superavit" de US\$ 2,2 bilhões em 1973 para um "deficit" de US\$ 1,2 bilhão em 1974. Retornamos a este problema mais adiante.

A Taxa de Câmbio "Real"

O cruzeiro foi supervalorizado, em relação ao dólar, durante a maior parte do tempo que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Como o próprio dólar estava supervalorizado durante o mesmo período, a supervalorização do cruzeiro em relação às moedas dos outros países era ainda maior. Não obstante o fato de que a supervalorização em relação ao dólar contrabalançou uma parte da distorção de comércio que resultou da supervalorização do dólar, o Brasil perdeu a sua competitividade frente outros países além dos Estados Unidos.

Durante grande parte daquele período, a taxa de câmbio para ex-

⁽¹⁰⁾ Veja Nota ⁽²⁾.

portação foi mantida substancialmente abaixo da taxa de câmbio para importação (11). Isto proporcionou uma proteção relativa ao setor de indústria que estava substituindo as importações, enquanto também discriminava sensivelmente contra o setor de exportação, como os produtos da agricultura.

Não é possível, no espaço de tempo que tenho disponível, penetrar em todos os detalhes das várias taxas de câmbio existentes na época. Porém, uma rápida olhada na taxa de câmbio real para produtos de exportação, dentre aqueles de alimentação, é interessante. Portanto, uma lição a ser aprendida diz respeito às grandes flutuações na taxa real de câmbio.

No período entre 1946 e 1953, a taxa de câmbio nominal para exportação dos produtos de alimentação foi fixada em Cr\$ 18,77 por dólar americano. Devido à alta taxa de inflação interna, a taxa real de câmbio decresceu em cerca de 60 por cento na época - uma grande queda (12). Ela voltou gradualmente a subir de 1953 até 1965, com o crescimento percentual de 114 por cento, portanto, mais do que dobrou. Daí em diante, a taxa de câmbio real caiu gradativamente, baixando em 30 por cento de 1965 a 1967, para depois tornar a aumentar em 19 por cento, entre 1967 e 1969. Estes números mostram grandes mudanças na taxa real de câmbio e, excetuando o crescimento relativamente constante entre 1953 e 1965, aquelas variações criaram um alto grau de incerteza e instabilidade para o setor agrícola quanto à sua exportação.

Os Termos de Comércio

Muito tem sido discutido, durante o período de após Segunda Guerra, acerca do declínio nos termos de comércio para os países em desenvolvimento, principalmente devido aos trabalhos de Prebisch do CEPAL. O Brasil não foi exceção, e muito se tem falado e discutido sobre a queda dos termos de comércio para o Brasil e seu papel nos problemas de comércio internacional que o Brasil tem enfrentado.

As figuras 1 e 2 apresentam dados sobre os termos de comércio do Brasil. Tenho a suspeita de que eles surpreenderão muitas pessoas, especialmente aquelas que não tenham observado os dados. A diferença entre a figura 1 e a figura 2 é que a figura 1 inclui café, enquanto a figura 2 exclui o café. Em qualquer uma delas, a tendência geral dos termos de comércio do Brasil é crescente, não decrescente como em geral se acreditava. Se compararmos a média de 1946-48 com a de 1972-74, os termos de comércio incluindo café su

(11) Martin (p. 262) e Bergsman apresentam a evidência deste fato.

(12) Dados tirados do trabalho de Martin, p. 260. A taxa real de câmbio para este componente é calculada deflacionando-se a taxa nominal de câmbio do índice de preços por atacado apresentado pela Fundação Getúlio Vargas para produtos agrícolas, excetuando o café, na coluna 48. A base usada para o índice de preço é 1949 = 100.

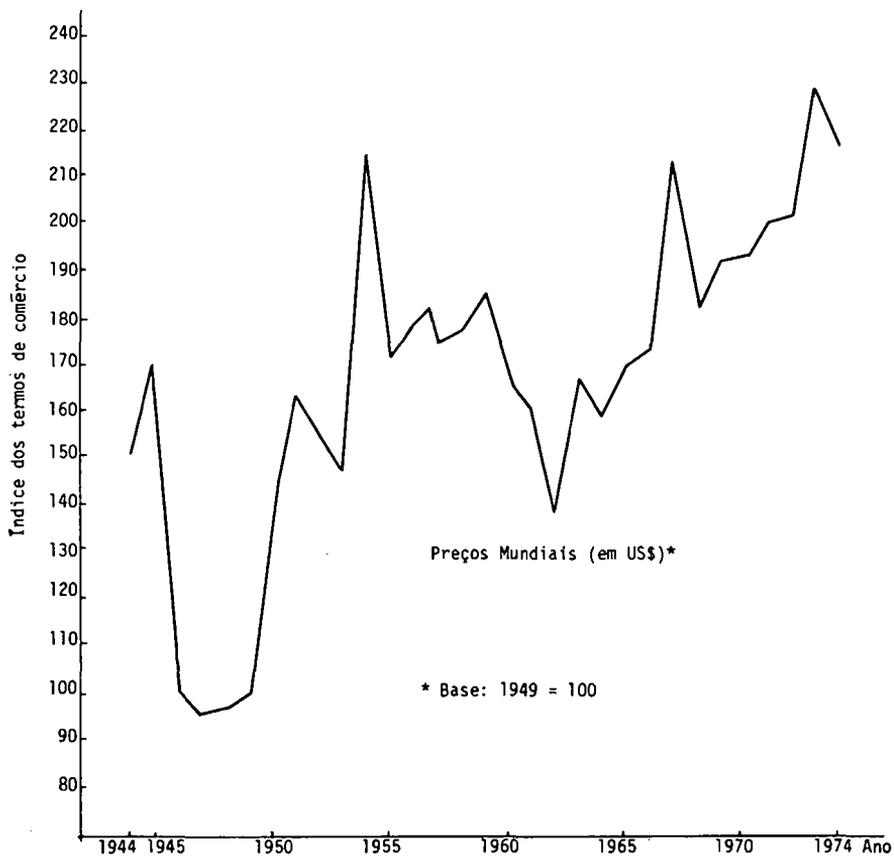


FIGURA 1. - Termos de Comércio Exterior, Incluído o Café, Exportação/Importação, 1944-74.

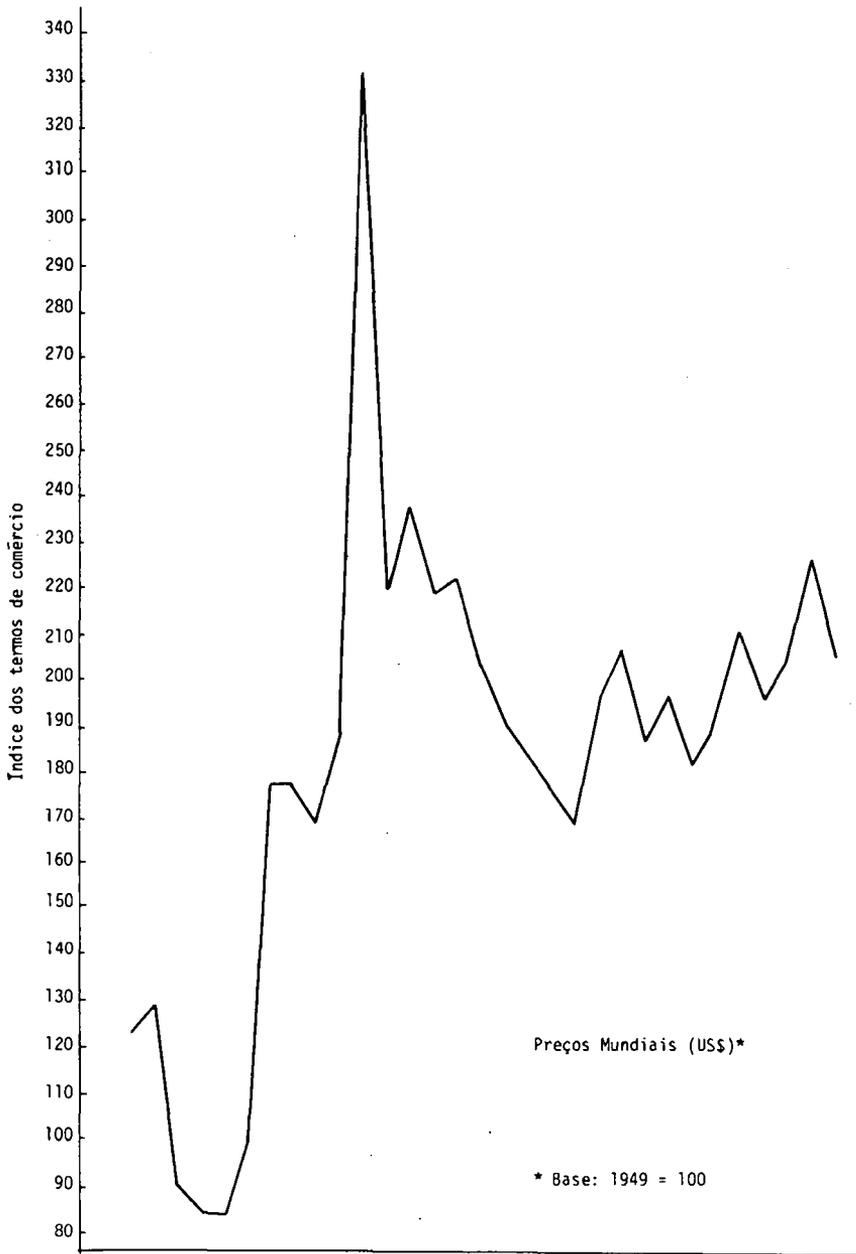


FIGURA 2. - Termos de Comércio Exterior, Excluído o Café, Exportação/Importação, 1944-74.

biram de um índice de 86 para 212, ou seja, um aumento de 146 por cento. O índice que exclui o café, cresceu de 98 para 214, ou seja, um aumento de 118 por cento.

Um aspecto importante dos termos de comércio que se observa é sua grande instabilidade, e isto pode ser mais importante do que se a tendência é crescente ou decrescente. A instabilidade é especialmente séria quando o café é incluído. Por exemplo, incluindo-se o café, o índice cresce de um baixo nível de 83 em 1948 para um máximo de 331 em 1954, somente para cair a 220 em 1955; e a partir daí, com uma tendência declinante, alcança outro baixo nível de 157 em 1962. A partir deste último, a tendência foi novamente crescente, atingindo o máximo de 225 uma vez mais em 1973. Excluindo-se o café, os movimentos são menos severos mas ainda bastante grandes.

Apesar da tendência secular da relação de comércio do Brasil ter sido crescente, isto não diminuiu a importância do declínio nos termos de comércio num certo número de anos. Por exemplo, a relação que incluiu café desceu de 239 em 1956 para 157 em 1962; uma redução de 34 por cento. O severo problema de balanço de pagamento e as limitações de importação que o Brasil enfrentou nos primeiros anos da década de 1960 (¹³), foi em parte devido ao declínio nos termos de comércio.

A Taxa de Câmbio e a Agricultura

A taxa de câmbio é importante para a agricultura brasileira, porque este é um setor de exportação. Nos anos mais recentes, o coeficiente de exportação para a agricultura tem sido em volta de 33-35 por cento. As exportações agrícolas, embora menos importantes em termos relativos do que foram no período anterior, ainda representam 60-65 por cento do valor total das exportações. Portanto, os progressos havidos nas exportações do setor agrícola são, ainda, importantes para a economia como um todo.

Como já foi dito, o Brasil tem continuamente supervalorizado a sua taxa de câmbio. O que muitas pessoas aparentemente não têm percebido é o fato de que uma taxa de câmbio supervalorizada é um imposto implícito sobre as exportações. Se o setor sobre o qual o imposto é criado defronta-se com uma curva de demanda inelástica no mercado internacional (i.e., se é um vendedor dominante), uma importante parte deste imposto pode ser transferida para o consumidor estrangeiro. Porém, dadas as condições enfrentadas pelo Brasil no mercado internacional, para a maioria dos seus produtos, e especialmente os seus produtos agrícolas, este imposto recai principalmente sobre o produtor brasileiro. Assim, uma taxa de câmbio supervalorizada discrimina contra o setor produtor para exportação.

(¹³) Leff (1976 discute a restrição às importações no início da década de 60. Veja também Bergsman e Morley, e Leff (1969).

A magnitude deste imposto tem sido grande no passado. Bergsman e Bergsman e Malan estimaram que o imposto implícito sobre as exportações estaria entre 22 e 37 por cento no período de 1954 a 1966. Da mesma forma, Bacha e seus colegas estimaram que o cruzeiro estaria supervalorizado de 20 a 25 por cento nos primeiros anos da década dos 60. E, depois de ter chegado perto de um nível de equilíbrio em 1970, parece que o cruzeiro está novamente supervalorizado em cerca de 25 por cento.

Qual a consequência desta taxa ou imposto no setor de exportação? A forma mais simples de se mostrar isto é através da figura 3 ⁽¹⁴⁾. Vamos considerar a agricultura no agregado e supor que, nas condições econômicas prevalentes, ela tenha o potencial para ser um setor de exportação. As condições que governam a indústria serão conforme ilustradas na figura 3.

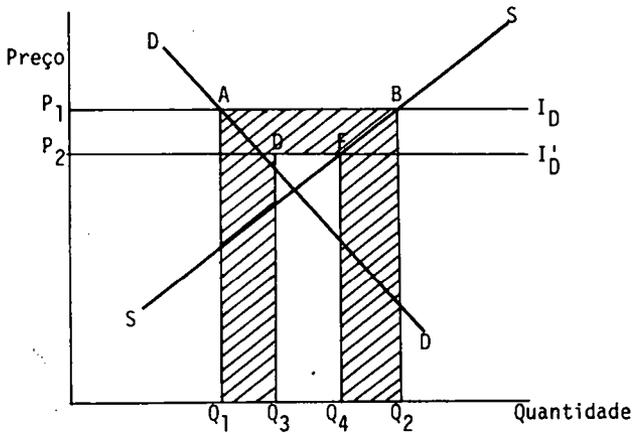


FIGURA 3. - Condições que Governam a Indústria.

SS e DD representam as condições de oferta e demanda domésticas, respectivamente, e I_D representa a demanda internacional de produtos de agricultura, traçada na pressuposição de que este País não tem como influenciar nos preços dos seus produtos de exportação, e supondo também que a taxa de câmbio esteja em equilíbrio. A pressuposição de que o país exportador não pode influenciar no preço do seu produto, provavelmente não é o caso do café no Brasil. No entanto, será o caso para outros produtos.

Se I_D prevalecer, o preço doméstico será P_1 e será determinado pelo mercado internacional e pelas condições de longo prazo da oferta em outros países. Sob as condições mostradas na figura, a quantidade produzida domesticamente seria Q_2 e a quantidade da demanda doméstica seria Q_1 . A quanti

(14) Para fins de exposição, usa-se uma estrutura de equilíbrio parcial para a análise.

dade Q_1Q_2 seria exportada ao preço P_1 , e o total de divisas ganhas seria Q_1ABQ_2 . A renda bruta do setor seria OP_1BQ_2 , com OP_1AQ_1 provindo do mercado doméstico e Q_1ABQ_2 proveniente do mercado estrangeiro.

Agora, suponhamos que a moeda deste país esteja supervalorizada. O que acontece, em termos domésticos, é que a curva I_D se desloca para baixo (I'_D), se as outras condições permanecerem iguais. É importante reconhecer que, vista de fora, a consequência da supervalorização é o aumento de preço do produto, em termos de moeda estrangeira, o que vai reduzir a quantidade de mandada. Se a demanda internacional, do ponto de vista de um país, é de fato perfeitamente elástica, com o preço do produto determinado pelas condições de custo a longo prazo em outros países, o efeito da supervalorização é mudar a curva da demanda internacional para baixo - do ponto de vista doméstico.

A consequência desta mudança para baixo na curva da demanda internacional, é um preço mais baixo no mercado interno, com o resultado que o produto é subvalorizado em relação a suas alternativas no exterior, com uma taxa de câmbio livre. A incidência deste imposto implícito sobre a economia interna aumenta à medida que a elasticidade da procura no mercado internacional cresce.

Ao preço mais baixo no mercado interno, a quantidade da demanda doméstica aumenta para Q_3 , e a quantidade oferecida diminui até Q_4 à medida que os recursos móveis são forçados a deixar o setor da indústria. As exportações são reduzidas para Q_3Q_4 , com um valor para o setor agrícola doméstico de P_2 . A área sombreada (figura 3) indica a magnitude da redução sofrida no valor das exportações pelo setor agrícola doméstico. Além disto, a renda bruta do setor é reduzida para OP_2EQ_4 , com OP_2DQ_3 advindo do mercado interno e Q_3DEQ_4 advindo do mercado exterior. O setor poderia ficar cada vez mais dependente do mercado interno, mas isto vai depender das elasticidades relevantes e da taxa pela qual a curva de oferta se desloca para a direita.

A magnitude da redução nos ganhos de divisa, assim como a queda na renda bruta do setor, vai depender das respectivas elasticidades da procura e da oferta, e do montante da supervalorização. Se porém a supervalorização é constante, as elasticidades a longo prazo é que são relevantes, e estas últimas em geral são maiores do que as elasticidades a curto prazo.

Resumindo, a supervalorização da taxa de câmbio é um imposto sobre as exportações que tende a permanecer com a economia doméstica, com a incidência aumentando à medida que a elasticidade da procura do mercado internacional aumenta, e à medida que o país é menos importante no comércio internacional de um determinado produto. O imposto reduz as exportações, e desta maneira reduz a capacidade de importação do país ⁽¹⁵⁾. Ao mesmo tempo, ele re

(15) Naturalmente, se se diminui o preço das importações, em termos de moeda nacional, aumenta-se também a quantidade da demanda de importações - a menos que medidas compensadoras sejam tomadas a respeito.

duz a renda do setor de exportação.

Pelo menos três pontos desta análise merecem ser enfatizados. O primeiro é que um país que tem um grande débito no exterior, e que quer crescer a uma taxa rápida, precisa de um grande e crescente potencial de exportação. Políticas auto-impostas que limitem o potencial de exportação têm consequências sérias, tanto para o potencial de crescimento da economia como para a balança de pagamentos.

Segundo, um imposto sobre as exportações que vigora através de uma moeda supervalorizada, é um imposto muito ineficaz. O Brasil, como a maioria dos países, tem interesse em extrair recursos de seu setor agrícola para utilizá-los como base para promover o crescimento do setor não-agrícola. Apesar de ser fácil, do ponto de vista administrativo, extrair os recursos através de uma taxa de câmbio supervalorizada, é ineficaz do ponto de vista econômico. Os efeitos desta política são: reduzir a produção substancialmente, criar uma distorção na alocação de recursos, e subvalorizar os recursos no próprio setor (exportação) que talvez seja o mais importante para a economia.

Finalmente, a supervalorização contínua do cruzeiro tem contribuído de uma forma importante para os problemas de distribuição de renda no Brasil. Em primeiro lugar, é um imposto que recai sobre a agricultura e é uma razão importante para que a renda "per capita" das pessoas no setor agrícola tenha ficado tão baixa, em relação às rendas no setor não-agrícola. Em segundo lugar, o imposto tem sido baixado numa grande desproporção sobre o Nordeste brasileiro e, como BAER e outros (MARTIN e SCHUH) têm demonstrado, este fato tem contribuído para o atraso daquela região comparado ao resto do Brasil. Na realidade, as políticas de comércio e de câmbio estavam transferindo recursos do pobre Nordeste para o Sul, que já estava com rendas mais altas e em melhor situação.

Por último, quando combinada com os investimentos baixos em educação e capital humano para o setor rural, esta política tem tido um efeito importante na distribuição da renda pessoal. Um aspecto importante do agravamento da distribuição de renda no Brasil foi uma mudança na estrutura de salários no setor não-agrícola ⁽¹⁶⁾. A maior parte dos novos empregos foram criados na extremidade superior da estrutura salarial, uma vez que o processo de desenvolvimento era para intensificar a mão-de-obra especializada. A mão-de-obra estava deixando a agricultura - em parte devido à constante discriminação contra o setor. Mas, por causa das deficiências do sistema educacional no setor rural, essa mão-de-obra foi canalizada principalmente para o mercado de trabalho com uma estrutura salarial baixa. Assim, os salários reais naquele componente da estrutura salarial estavam caindo, enquanto os salários na extremidade superior da estrutura estavam aumentando rapidamente.

(16) Para uma discussão deste problema, veja Morley, e Schuh (1976a).

É óbvio que o problema foi, acima de tudo, um defeito do sistema educacional. Mas, a supervalorização da taxa de câmbio que fez discriminação contra a agricultura, provocou a baixa nos salários do setor agrícola, ao mesmo tempo induzindo um êxodo de mão-de-obra da agricultura para o setor urbano de baixa renda. Assim, agravou-se o problema de distribuição de renda que já era sério.

Alternativas de Políticas

O problema atual do Brasil teve começo com a quadruplicação dos preços do petróleo pelos países da OBEP. A verdade é que o Brasil só contava com uma alternativa naquela ocasião: uma desvalorização substancial da sua moeda. Uma mudança exôgena nos preços do petróleo foi, por definição, uma alteração nos termos de comércio contra o Brasil. Tal alteração implica numa redução da renda real, uma vez que o país terá que pagar mais caro pelo artigo que importa do que recebe pelo que exporta. Neste caso, não havia saída.

Contudo, havia um remédio - uma substancial desvalorização do cruzeiro - embora desagradável e doloroso. Quando se está doente, o melhor a fazer é tomar imediatamente o remédio para começar a melhorar.

Do meu ponto de vista, o Brasil ainda tem apenas uma escolha: a desvalorização. Por meus cálculos, o cruzeiro ainda está supervalorizado cerca de 25 por cento, o que representa um imposto considerável sobre a agricultura e outros setores exportadores.

Ao defender uma desvalorização não ignoro os problemas associados com uma desvalorização mais acelerada. Eles são grandes e de difícil solução. O primeiro, se relaciona com as indústrias privadas que fizeram empréstimos fora do País. O outro, tem a ver com a inflação que resultará da desvalorização, e com os problemas que ela causará aos grupos de baixa renda. Apesar de importantes, estes problemas têm soluções. Voltarei a este assunto mais adiante.

Por hora, gostaria de enfatizar um ponto diferente. Muitas das discussões atuais que tenho lido sobre o problema de balança de pagamento do Brasil, realçam dois pontos: (a) o problema da dívida externa, e (b) o problema da inelasticidade da demanda na importação. Esta última tem a implicação clara de que uma desvalorização seria de pouca ajuda, uma vez que teria efeito muito pequeno nas importações.

O que quero enfatizar - e quero fazê-lo porque se trata de um aspecto que tem sido amplamente ignorado nas discussões do problema - é que a elasticidade da oferta de bens exportáveis é de grande importância na configuração da resposta apropriada à política. Ademais, a elasticidade da oferta de exportação é certamente alta para a maioria dos produtos brasileiros. Para ilustrar esta afirmativa, vou utilizar os resultados de um estudo de Bob

Thompson e meu onde analisamos o caso do milho no Brasil.

O caso é instrutivo, uma vez que o Brasil tem sido um exportador marginal deste produto por muito anos. Às vezes o Brasil exporta milho e outras vezes o importa. O aspecto importante é que, com uma política adequada de câmbio e comércio, o Brasil poderia se tornar um exportador constante e relativamente importante. Além disto, a elasticidade da oferta de exportação do milho é alta exatamente porque as exportações de milho têm sido relativamente pouco importantes.

Ao estimar os parâmetros da estrutura econométrica do setor milho, encontramos uma elasticidade do preço da demanda interna de -0,20, e uma elasticidade do preço da oferta a curto prazo de 0,27; a longo prazo ela atingia 0,38. É importante observar que elasticidades como estas frequentemente provocam pessimismo quanto à possibilidade de expandir as exportações. Parece que uma mudança no preço relativo afetará muito pouco a quantidade da procura doméstica assim como a quantidade da oferta interna. Assim, conclui-se que a elasticidade do excedente da oferta para exportação é bem baixa.

No entanto, estas elasticidades não contam a história toda. Isto pode ser visto mais diretamente, observando-se que a elasticidade da oferta para exportação implícita nestes parâmetros é 15,18, se a elasticidade usada for a da oferta a curto prazo; e 18,19 se for usada a elasticidade da oferta a longo prazo. Sem nenhuma dúvida, estes valores são bem altos.

A explicação para estas elasticidades altas está em que a elasticidade depende da fração do produto que é exportada (¹⁷). Se for uma quantidade pequena, a elasticidade da oferta para exportação será alta; se for uma fração grande, é claro que a situação será invertida "ceteris paribus".

A fórmula para calcular a elasticidade da oferta de exportação é:

$$\epsilon = \eta \left(\frac{S}{E} \right) - e \left(\frac{D}{E} \right)$$

onde

ϵ = elasticidade da oferta para exportação, ou elasticidade da oferta de excedente;

η = elasticidade do preço da oferta doméstica;

S = quantidade total produzida;

E = quantidade exportada;

e = elasticidade do preço da procura doméstica; e

D = quantidade procurada no mercado doméstico.

(¹⁷) Uma relação semelhante se aplica ao caso da demanda estrangeira para o produto de um país (Harberger). Como muitos países são apenas importadores marginais de produtos agrícolas (os Estados Unidos como importador de café, sendo exceção importante), a procura de importações estrangeiras tende a ser alta. A falta de reconhecimento desta importante relação tem levado muitos analistas a sub-estimarem a resposta da demanda a uma desvalorização. Veja Schuh (1975).

Para ilustrar o que poderia ter acontecido como consequência de uma política cambial diferente, nós estimamos que no período 1947-70 o Brasil poderia ter exportado uma média de 1.260 mil toneladas a mais, cada ano, se o cruzeiro houvesse sido desvalorizado em 20 por cento. Além disto, aos preços vigentes na época (e supondo que maiores exportações brasileiras não afetariam os preços mundiais), este aumento nas exportações representa um acréscimo de US\$ 60 milhões em reservas cambiais por ano. Com efeito, o aumento de divisas, com exportação de milho, teria sido de 475 por cento se a taxa de câmbio fosse mantida em torno do ponto de equilíbrio.

Um argumento freqüente contra esta política é que os mercados externos estão fechados a países como o Brasil, e não interessa que a oferta de produto para exportação seja alta. Este argumento é de difícil aceitação quando se percebe como o Brasil penetrou no mercado mundial de soja. E mais, quando se reconhece que o Brasil conseguiu esta penetração com uma taxa de câmbio supervalorizada em 20-25 por cento, é interessante imaginar o que aconteceria se ele tivesse uma taxa de câmbio equilibrada.

Isto nos leva a outro aspecto da desvalorização da moeda. Uma vez que muitos dos países são importadores marginais de produtos tais como o milho (ou a soja) pelo fato de usarem as importações para complementar as ofertas internas desses produtos ou de seus substitutos próximos, a suposição é de que a procura estrangeira para exportações de produtos não-tradicionais como milho e soja seria bem grande. Por conseguinte, uma desvalorização tenderia a aumentar substancialmente a quantidade da demanda das exportações brasileiras.

Finalizando esta discussão das alternativas de políticas, é importante também considerar duas dificuldades decorrentes de uma possível desvalorização com vistas a alcançar o nível de equilíbrio. A primeira, tem relação com o problema da dívida externa contraída por algumas companhias brasileiras. Em geral, acredita-se que algumas dessas importantes companhias iriam à falência se o cruzeiro fosse desvalorizado em aproximadamente 25 por cento.

A melhor solução para este problema é compensar as companhias particulares pelas suas perdas. O número dessas companhias não é tão grande a ponto de tornar esta compensação impossível, e desta forma o problema poderá ser resolvido na fonte.

O segundo problema é o dos pobres do setor urbano, porque eles provavelmente sofrerão mais com a desvalorização. Este problema é mais difícil, porém dois pontos merecem ser salientados aqui. Em primeiro lugar, embora prejudicial aos grupos de média e baixa rendas no setor urbano, o ajuste em direção a algo que se aproxima de uma taxa de câmbio de equilíbrio seria muito benéfico aos grupos de baixa renda no setor agrícola. E, como já argumentei em outra oportunidade (1974), o mais severo problema de equidade na e

conomia brasileira é o desequilíbrio nas rendas "per capita" entre os setores agrícola e não-agrícola. Ademais, a maior concentração de pobreza em toda a economia encontra-se no setor agrícola.

Em segundo lugar, a supervalorização do cruzeiro tem conseqüências regionais importantes, em regiões como o Nordeste que é muito dependente das exportações agrícolas, sofrendo relativamente mais do que outras regiões que são importadoras líquidas ou menos dependentes das exportações. Em geral todos concordam que o problema regional do Nordeste precisa ser resolvido. A utilização de uma política racional de taxa cambial é uma forma (e somente uma) de se tentar resolver o problema.

Num contexto um pouco mais geral, dever-se-ia notar que políticas racionais de comércio e de taxas de câmbio são meios importantes para a obtenção de taxas mais altas de crescimento agregado, uma vez que permitem ao país capitalizar suas vantagens comparativas na economia mundial. Mantendo-se as mais altas taxas de crescimento possíveis, tem-se a chave para resolver os problemas da pobreza.

Antes de terminar, faz-se necessário comentar sobre o argumento freqüentemente lembrado, de que desvalorizar significa forçar a elevação dos custos dos setores da economia que dependem de matéria-prima e bens de capital importados. Mesmo que aqueles setores que são permitidos importar a uma taxa de câmbio supervalorizada sejam beneficiados, também é importante reconhecer os custos que são impostos sobre os demais setores por medidas "ad hoc" que visam corrigir o problema do balanço de pagamentos.

Entre estes custos está a substituição de importação forçada, que é imposta como uma forma de se reduzir as importações. Isto força o setor industrial doméstico a comprar substitutos domésticos mais caros, resultando que uma estrutura de custos mais altos recai sobre esses setores. E as conseqüências deste procedimento podem ser duradouras.

Em segundo lugar, o modo arbitrário com que os privilégios de importação são alocados resulta custoso. Isto significa que alguns grupos da economia recebem os benefícios de uma taxa de câmbio supervalorizada, enquanto outros grupos são forçados a suportar custos mais altos do que os normais. Uma taxa de câmbio de equilíbrio difundiria os custos decorrentes de uma mudança na posição externa do país, de uma maneira mais ampla, e no processo os custos para os grupos individuais resultariam menores.

Por fim, os custos com os quais nos devemos preocupar ao longo do tempo são os custos sociais, ou as perdas de bem-estar em virtude de uma taxa de câmbio supervalorizada. A má alocação de recursos causada por essa política, acarreta uma redução no produto que a economia não poderá recuperar. Em última análise, este custo é provavelmente o mais importante de todos os custos.

Alguns Comentários Finais

É claro que as restrições ao comércio brasileiro não são inteiramente auto-impostas. Existem numerosas barreiras ao comércio nos mercados mundiais e, algumas delas, podem, às vezes, ser muito frustrantes, como por exemplo os embargos à importação de carne bovina impostos pelo Japão e pelo Mercado Comum Europeu nos últimos três anos. Entretanto, através dos anos, as restrições ao comércio brasileiro em produtos agrícolas têm sido mais auto-impostas do que forçadas do exterior.

Quando se olha para o futuro, deve-se ter em mente dois pontos. O primeiro, parece que o mercado para os produtos agrícolas continuará forte, mesmo que mais ou menos instável. A população mundial continuará crescendo rapidamente, e o problema de alimentá-la será um desafio constante, especialmente se as rendas "per capita" continuarem aumentando. Os mercados para produtos como o milho, e até mesmo a soja, provavelmente continuarão fortes.

Por outro lado, é de se esperar que a maior penetração de artigos como sapatos e têxteis, em mercados estrangeiros, continuará muito difícil. É exatamente nestes setores que os países desenvolvidos estão tendo os maiores problemas de adaptação. Não será fácil obter a liberalização de comércio para estes produtos, embora o Brasil deva continuar seus esforços para que tal aconteça.

De maneira geral, parece-me que o Brasil tem muito mais a ganhar do que a perder, de um comércio mundial mais livre. Conseqüentemente, seria apropriado que o Brasil lutasse pela liberalização do comércio, nas negociações multi-laterais que estão tendo lugar em Genebra. Além disso, o país teria muito a ganhar de um comércio mais livre de produtos agrícolas.

Um segundo ponto que eu gostaria de mencionar ao término deste trabalho, é que há políticas no Brasil que compensam, em parte, a discriminação que ocorre contra a agricultura através da política de comércio. A agricultura, em geral, paga menos imposto de renda do que o setor não-agrícola; e, naturalmente, existem todos os tipos de programas especiais de crédito para a agricultura. Nenhum deste, a meu ver, compensa as conseqüências para a eficiência de uma política de comércio distorcida, especialmente se considerarmos a economia em seu agregado. Ademais, é importante reconhecer que há conseqüências sérias associadas com essas políticas, e que afetam a distribuição de renda. O atual conjunto de políticas provavelmente favorece mais, em termos relativos, aos grupos de renda mais alta na agricultura, sem fazer muito para ajudar aos grupos de renda baixa. Uma política de comércio mais liberal provavelmente redundaria em uma distribuição mais equitativa da renda.

Deve-se notar também que, os programas especiais de crédito para a agricultura complicam a luta contra a inflação. Esta batalha só será vencida com o auxílio de uma política monetária mais sensata. Quando o crédito é

estendido à agricultura, a taxas altamente subsidiadas (taxas reais negativas) como agora ocorre, torna-se difícil controlar o aumento do estoque de moeda; por isso, torna-se difícil controlar a inflação.

Um terceiro ponto que eu gostaria de enfatizar é que o atual conjunto de políticas está, sem dúvida, diminuindo a taxa de crescimento agregado. Em primeiro lugar, o potencial de ganho de renda dos grandes recursos naturais do Brasil é severamente reduzido pelas taxas de câmbio supervalorizadas e pelas cotas de exportação. Em segundo lugar, a tentativa de balancear as importações com as exportações através das restrições impostas às importações, impõe restrições ao processo de crescimento do setor industrial; e o setor industrial deve ser a chave para uma taxa de crescimento mais rápida e balanceada, no agregado. Em terceiro lugar, o atual conjunto de políticas impõe sérias distorções na alocação de recursos. O peso morto das perdas no bem-estar social deve ser muito grande, no momento.

Em quarto lugar, o Brasil teria tido um padrão de comércio consideravelmente mais diversificado se ele tivesse seguido uma política de manter a taxa de câmbio mais próxima da taxa de equilíbrio. Provavelmente, o Brasil teria sido menos dependente dos Estados Unidos e assim teria diversificado mais sua pauta de exportações, uma vez que os produtos que não eram competitivos nos mercados internacionais, sem dúvida alguma tornar-se-iam competitivos se contassem com uma política de comércio apropriada. Um padrão de comércio mais diversificado, tanto do lado da exportação como do lado da importação, é uma grande vantagem.

Finalmente, existe toda a questão relacionada com a pesquisa. Devido aos interesses setoriais dos economistas agrícolas, eles se inclinam a dar menos ênfase ao comércio e aos seus problemas. Os economistas agrícolas no Brasil não são nenhuma exceção a esta regra.

É importante notar que, através dos anos o comércio mundial tem-se tornado cada vez mais livre e, como resultado, o comércio entre as nações está crescendo a uma taxa mais rápida do que o PNB. Mesmo a economia dos Estados Unidos tem estado tão aberta quanto a do Japão e da Europa Ocidental, como uma unidade. Essa receptividade crescente da economia mundial significa que necessitamos dar muito mais atenção ao comércio internacional em nossos esforços de pesquisa, e entender os problemas da agricultura mundial - e não somente os problemas do nosso próprio país. Na verdade, vivemos hoje numa economia mundial inter-dependente.

LITERATURA

1. BACHA, E.L., ARAÚJO, A.B., MATA, M. da e MODENESI, R.L. "Análise Governamental de Projetos de Investimento no Brasil: Procedimentos e Recomendações", Relatório 1, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971.

2. BAER, W., "Regional Inequality and Economic Growth in Brazil", "Economic Development and Cultural Change", Vol. 1 (Abril 1964), p. 268-285.
3. BERGSMAN, J. e MORLEY S.A., "Import Constraints and Development: Causes of the Recent Decline of Brazilian Economic Growth: A Comment", "The Review of Economics and Statistics", Vol. 51, N.º 1, Fevereiro 1969, p. 102-103.
4. BERGSMAN, J. "Brazil - Industrialization and Trade Policies", Londres, Oxford University Press, 1970.
5. BERGSMAN, J. e MALAN, P. "The Structure of Industry Protection in Brazil", "Revista Brasileira de Economia", Vol. 24, N.º 2, Abril/Junho 1970, p. 145-189.
6. DOELLINGER, C. von, FARIA, H.B.de C., RAMOS, R.N.M. e CAVALCANTI, L. C. "Transformação de Estrutura das Exportações Brasileiras: 1964/1970, Relatório 14, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.
7. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, "Conjuntura Econômica", Vol. 29, N.º 2, Fevereiro 1975, p. 112.
8. GRUNWALD, J. e MUSGROVE P. "Natural Resources in Latin American Development", Baltimore, The Johns Hopkins Press, publicada para Resources for the Future, Ind., 1970.
9. HARBERGER, A.C. "A Structural Approach to the Problem of Import Demand", "American Economic Review", Vol. 43, 1953, p. 148-59.
10. LEFF, N.H. "Export Stagnation and Autarkic Development in Brazil, 1947-1962", Quarterly Journal of Economics, Vol. 81, N.º 2, Maio 1967, p. 286-301.
11. _____. "Import Constraints and Development: Causes of the Recent Decline of Brazilian Economic Growth", "The Review of Economics and Statistics", Vol. 49, N.º 4, Novembro 1967, p. 494-501.
12. _____. Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964, New York, John Wiley and Sons, Ind., 1968.
13. _____. "The Exportable Surplus' Approach to Foreign Trade in Underdeveloped Countries", "Economic Development and Cultural Change", Vol. 17, N.º 3, Abril 1969, p. 347-355.
14. MARTIN, M.A. "The Modernization of Brazilian Agriculture: An Analysis of Unbalanced Development", tese de Ph.D. não publicada, Purdue University, West Lafayette, Indiana, 1976.
15. MARTIN, M.A., e SCHUH, G.E. "Brazilian Trade Policy and Its Impact on the Regional Distribution of Income", apresentada na Reunião Anual da American Agricultural Economics Association, Agosto 15-18 de 1976 (mimeografado).
16. MORLEY, S. "Changes in Employment and the Distribution of Income During the Brazilian 'Miracle'"; Technical Report N.º 23, Human Resources Planning Project, UNDP, Abril 1976.
17. SCHUH, G.E. "The Income Problem in Brazilian Agriculture", preparado para EAPA/SUPLAN do Ministério da Agricultura, como insumo para os subsídios ao segundo Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), 1974 (mimeografado).
18. _____. "The Exchange Rate and U.S. Agriculture: Reply", "American Journal of Agricultural Economics", Vol. 57, N.º 4, Novembro 1975, p. 696-700.
19. _____. "Imperfections in the Labor Market and Policy for the Rural Poor in Brazil", apresentado como um Documento de Diretrizes na Conference on Problems of Rural Poverty in Brazil, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 21-23 Agosto de 1976 (mimeografado).

20. _____. "The New Macroeconomics of Agriculture", "American Journal of Agricultural Economics" Vol. 58, N.º 5, Dezembro 1976 (a sair).
21. SIMONSEN, M.H. "Brasil 2002", São Paulo, APEC, 1974, Cap. 6.
22. THOMPSON, R.L. e SCHUH, G.E. "Trade Policy and Exports: The Case of Corn in Brazil", Department of Agricultural Economics, Purdue University, West Lafayette, Indiana (mimeografado).
23. VEIGA, A. "The Impact of Trade Policy on Brazilian Agriculture, 1947-1967", tese não publicada, Purdue University, 1974.